

M18 Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	03
Balancos patrimoniais.....	07
Demonstrações dos resultados	08
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

M18 Instituição de Pagamento S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da M18 Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M18 Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício de 2020

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de abril de 2021 sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

M18 Instituição de pagamento S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	244	2.447	Obrigações com terceiros	10	35.775	12.925
Títulos e valores mobiliários	5	39.711	15.005	Fornecedores	11	261	651
Contas a receber	6	492	-	Obrigações trabalhistas		-	13
Impostos a compensar	7	566	809	Obrigações tributárias	13	32	131
Outros ativos	8	2.347	2.273			36.068	13.720
		43.360	20.534				
				Não circulante			
				Provisão para contingências	12	163	-
						163	-
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	588	745	Capital social	14	8.200	8.200
		588	745	Prejuízos acumulados		(483)	(641)
						7.717	7.559
Total do ativo		43.948	21.279	Total do passivo e patrimônio líquido		43.948	21.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

		2º semestre	Exercícios	
	Nota	2021	2021	2020
Resultado de intermediação financeira				
Resultado com títulos e valores mobiliários	17	(2.911)	(2.718)	-
Resultado bruto de intermediação financeira		(2.911)	(2.718)	-
(Despesas) e Receitas operacionais		2.712	3.012	(1.688)
Receita líquida da prestação de serviços	15	7.188	9.301	3.914
Despesas gerais e administrativas	16	(680)	(2.296)	(5.058)
Despesas comerciais	16	(3.652)	(3.652)	-
Despesas com pessoal		(5)	(35)	(114)
Despesas tributárias		(14)	(17)	(12)
Outras receitas (despesas) líquidas		(125)	(289)	(418)
Resultado operacional		(199)	294	(1.688)
Resultado financeiro	17	-	-	3.304
(Lucro) prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(199)	294	1.616
Imposto de renda e contribuição social	18	137	(136)	(705)
Lucro / prejuízo do exercício		(62)	158	911

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2º	Exercícios	
	semestre	2021	2020
	2021		
Lucro líquido / prejuízo do exercício	(62)	158	911
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(62)	158	911

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Lucro líquido/ (Prejuízo) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.200	(1.552)	-	6.648
Lucro do exercício	-	-	911	911
Destinação do lucro líquido				
Compensação de prejuízos acumulados	-	911	(911)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.200	(641)	-	7.559
Lucro do exercício	-	-	158	158
Destinação do lucro líquido				
Compensação de prejuízos acumulados	-	158	(158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.200	(483)	-	7.717

M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre	Exercícios	
		2021	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro / prejuízo do exercício		(62)	158	911
Ajustes para conciliação do prejuízo do exercício				
Imposto de renda e contribuição social		(137)	136	-
Despesa com depreciação	8	86	172	176
		(113)	466	1.087
Varição em ativos e passivos operacionais				
(Redução)/Aumento de títulos e valores mobiliários		(8.209)	(24.706)	19.380
(Redução)/ Aumento redução de contas a receber		(157)	(492)	33
(Aumento)/Aumento de impostos a recuperar		273	243	333
(Redução)/Redução de outros ativos		(515)	(74)	(2.087)
Aumento/ (redução) de obrigações com terceiros		9.203	22.850	(32.065)
(Redução)/Aumento de fornecedores		47	(390)	213
Aumento/ (Aumento) de obrigações sociais e trabalhistas		(159)	150	(19)
(Aumento)/ Aumento de obrigações tributárias		53	50	99
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(285)	(285)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		138	(2.188)	(13.026)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(17)	(15)	196
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(17)	(15)	196
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento		-	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		121	(2.203)	(12.830)
No início do exercício		123	2.447	15.453
No final do exercício		244	244	2.447
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		121	(2.203)	(13.006)

1. Contexto operacional

A M18 Instituição de Pagamento S.A., (“M18” ou “Companhia”) está situada no Município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509. A Companhia tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, prestando serviços de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, emissão de instrumento de pagamento, execução de remessa de fundos, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia opera também com atividades de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito e cobrança.

Em 13 de dezembro de 2021, a M18 Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data a M18 passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Pandemia COVID-19

A Administração segue acompanhando atentamente os impactos do Covid-19 no mercado e em suas operações. Em continuidade às ações implementadas desde o início da Pandemia a Administração segue monitorando de forma diligente os possíveis reflexos operacionais e financeiros nos negócios, sempre focando na continuidade da Companhia e na preservação de seus colaboradores e parceiros.

Neste sentido, a Companhia esclarece que até o momento não sofreu impacto adverso material na continuidade dos negócios como resultado da pandemia COVID-19, bem como das estimativas contábeis feitas, seja no âmbito da recuperação de ativos, seja na medição do valor justo, contingências de ativos e passivos, reconhecimento de receitas e provisões para perdas esperadas.

Neste sentido, a Administração tem conseguido equilibrar por meio das melhores práticas o gerenciamento de sua saúde financeira e patrimonial.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da M18 evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Conforme disposto no artigo 42º, parágrafo 5º da Resolução BCB nº 2/2020, ficam facultadas às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a apresentação comparativa das demonstrações financeiras semestrais e anuais relativas ao ano de sua autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e suas interpretações, foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN.

Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Tema	Bacen/Resolução CMN
CPC 00 - R1	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/12
CPC 01 - R1	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 - R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10	Pagamentos baseados em Ações	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	4.535/16

Pronunciamento	Tema	Bacen/Resolução CMN
CPC 33 - R1	Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41	Resultado por ação	3.959/19
CPC 46	Mensuração do valor justo	4.924/21

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da M18 Instituição de Pagamento S.A. em 22 de março de 2022.

Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, a serem adotadas pela M18 em 31.12.2021:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme circular BACEN nº 3.068 os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor devem ser registrados pelo valor de custo e classificados da seguinte forma:

I - Títulos para negociação: devem ser registrados os valores com propósito de serem negociados com frequência e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

II – Títulos disponíveis para venda: devem ser registrados os valores que não se enquadram na classificação de negociação ou mantidos até o vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

III – Títulos mantidos até o vencimento: devem ser registrados os títulos adquiridos com o intuito de manter em carteira até o respectivo vencimento.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Entende-se por instrumentos financeiros derivativos aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, conforme Circular Bacen nº 3082/02.

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

3.6. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada através da vida útil do bem, conforma tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Móveis e utensílio	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (impairment)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Anualmente a M18 avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.9. Provisões para contingências – (ativos e passivos contingentes)

Provisões são reconhecidas quando a M18 tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do semestre.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e;
- (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem principalmente descontos obtidos e ganho de variação cambial de títulos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente algumas perdas com aplicações financeiras, bem como custos com tarifas bancárias.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240, e de 9% para a contribuição social.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim representado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	244	4
Aplicações financeiras	-	2.443
	<u>244</u>	<u>2.447</u>

(*) em 2021 foi reavaliada a classificação das aplicações em certificado de depósito bancário e assim transferido o saldo remanescente desta modalidade para títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2021			2020		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Certificado de depósitos bancários (i)	20.122	20.122	2023	-	-	-
Debentures	1.890	1.890	2023	-	-	-
Cotas de fundo de investimento multimercado (ii)	13.135	13.135	n/a	-	-	-
Cotas de fundo de investimento renda fixa (iii)	4.564	4.564	n/a	15.005	15.005	n/a
	<u>39.711</u>	<u>39.711</u>		<u>15.005</u>	<u>15.005</u>	

- (i) Os certificados de depósitos bancários são remunerados com base em percentuais da variação do CDI
- (ii) O resultado obtido no exercício de 2021 foi de -R\$3.055 e refere-se aos resultados obtidos com valores aplicados em: (a) CHESSE ALPHA FIC FI MULT – administrado pelo BTG Pactual e gerido por Chess Capital Ltda, o fundo investe em diversas classes de ativos financeiros, sendo renda fixa, renda variável, cambial, derivativos e em cotas de outros fundos de investimento. O fundo não possui vencimento (b) SRM EXODUS 5 FIC FIM DE CREDITO PRIVADO – administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A o fundo é de característica multimercado e possui como alcance obter rendimentos através de investimentos em FIDC's e congêneres e demais ativos e (c) demais aplicações neste segmento e que foram liquidados (resgatados) durante o exercício.

- (iii) O resultado obtido no exercício de 2021 foi de R\$321 e refere-se aos resultados obtidos com valores aplicados em: (a) EXODUS INSTITUCIONAL FIDC NP MEZANINO B – administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A e gerido por Nova S.R.M Administração de recursos e finanças S/A possui como característica renda fixa.

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim constituído:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber		
Clientes nacionais	492	-
	<u>492</u>	<u>-</u>

7. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim constituído:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos a compensar		
Saldo negativo de IRPJ	472	809
Saldo negativo de CSLL	73	-
Outros impostos a recuperar	21	-
Total	<u>566</u>	<u>809</u>

- i. A base de saldos negativos de imposto de renda e da contribuição social, foi objeto de estudo realizado por consultoria fiscal especializada, durante o exercício de 2019, a qual levantou créditos oriundos de apurações destes impostos, de exercícios anteriores. Outra parte que compõe os saldos negativos, refere-se ao saldo de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e antecipações realizadas em 2019, 2020 e 2021.

8. Outros ativos

Referem-se à mútuos financeiros junto a partes relacionadas, devidamente formalizado por contrato, sem a incidência de juros e com prazo de recebimento até o final do exercício de 2022.

9. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Imobilizado	Saldo líquido em 31/12/2020	Saldo líquido em 31/12/2021
Móveis e utensílios	392	320
Máquinas e equipamentos	159	143
Computadores e periféricos	192	125
Marcas e patentes	2	0
Saldo Imobilizado	745	588

Imobilizado	Taxa de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2020	Aquisições/baixas	Depreciação do exercício	Saldo líquido em 31/12/2021
Móveis e utensílios	10%	392	-	(72)	320
Máquinas e equipamentos	10%	159	7	(24)	143
Computadores e periféricos	20%	192	10	(76)	125
Marcas e patentes	-	2	(2)	-	-
Saldo Imobilizado		745	15	(172)	588

Imobilizado	Taxa de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2019	Aquisições/baixas	Depreciação do exercício	Saldo líquido em 31/12/2020
Móveis e utensílios	10%	463	-	(71)	392
Máquinas e equipamentos	10%	187	(4)	(24)	159
Computadores e periféricos	20%	289	(28)	(69)	192
Marcas e patentes	-	2	-	-	2
Saldo Imobilizado		941	(32)	(164)	745

10. Obrigações com terceiros

A conta de obrigações com terceiros é representada pelos recursos oriundos de serviços prestados de cobranças de títulos de terceiros “Garantias”, utilização de plataforma de conta digital e conta *escrow*, mantidos e administrados pela M18. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo está assim composto:

	2021	2020
Obrigações com terceiros		
Recursos de terceiros	35.775	12.925
Total	35.775	12.925

11. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores		
Fornecedores nacionais	261	651
Total	<u>261</u>	<u>651</u>

Os fornecedores, são representados por serviços de consultorias, serviços de tecnologia e despesas gerais e administrativas.

12. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Risco trabalhista:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 31 de dezembro de 2021, o total das contingências provável de perda provisionada é de R\$163 (2020 – R\$0). Adicionalmente, todos os casos, incluindo de causas possíveis no valor de R\$95 estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Risco cível:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza cível, e em 31 de dezembro de 2021 o total das contingências possíveis de perda era de R\$100 (2020 - R\$145). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

13. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão representadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, desta forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações tributárias		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	111
PIS e COFINS a recolher	-	15
Impostos sobre terceiros a recolher	8	5
Outros	24	-
Total	<u>32</u>	<u>131</u>

14. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.200 (R\$ 8.200 em 2020), dividido em 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

Sócio	Quotas	Valor	Percentual de participação
Salim Raphael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Marcos Rafael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Total	8.200.000	8.200	100%

15. Receita líquida da prestação de serviços

	2021	2020
Receita bruta da prestação de serviços		
Renda em administração de recebíveis e contas de pagamento	7.471	4.314
Consultoria de crédito	2.919	-
Consultoria de análise de garantias	21	-
	10.411	4.314
(-) Impostos sobre serviços		
(-) ISS	(147)	(1)
(-) PIS	(172)	(71)
(-) COFINS	(791)	(328)
Total	(1.110)	(400)
Receita líquida prestação de serviços	9.301	3.914

A receita em administração de recebíveis e contas de pagamento está representada por administração de contas e gestão de garantias por meio de serviços prestados de cobrança de títulos de terceiros, majoritariamente de clientes de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC).

16. Despesas gerais e administrativas e comerciais

	2021	2020
Despesas gerais e administrativas		
Serviços técnicos profissionais	(1.452)	(2.816)
Outras despesas administrativas	(530)	(1.747)

Depreciações e amortizações	(172)	(176)
Assessoria jurídica	(142)	(319)
Total	<u>(2.296)</u>	<u>(5.058)</u>

- i. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultorias especializadas e serviços de informações;
- ii. As outras despesas administrativas são representadas por despesas de marketing, despesas de suporte, manutenção e licenças de softwares.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas comerciais		
Rebate (i)	(3.652)	-
Total	<u>(3.652)</u>	<u>-</u>

- i. Em janeiro de 2021 a Companhia firmou contrato de rebate com a Nova S.R.M (“Nova”). Tendo em vista o conhecimento da capacidade técnica da M18 a Nova indica a companhia para os seus clientes como opção para a prestação de serviços de cobrança dos títulos emitidos nas operações que seus clientes realizam com os FIDCs que estão sob sua gestão.

17. Resultado com títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação em fundos	2.911	5.727
Renda de aplicação em CDB	35	-
Renda de aplicação debêntures	133	-
Juros ativos	-	42
	<u>3.079</u>	<u>5.769</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	-	(90)
Juros passivos	-	-
Perda de aplicação em fundos	(5.797)	2.375)
Outras perdas financeiras	-	-
	<u>(5.797)</u>	<u>(2.465)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.718)</u>	<u>3.304</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	294	1616
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva	-	-
Adições e exclusões temporárias e permanentes	<u>377</u>	<u>527</u>
Resultado fiscal	671	2.143
(-) crédito com prejuízo fiscal anos anteriores	<u>(201)</u>	-
(=) Base de cálculo ajustada	<u>470</u>	<u>2143</u>
Imposto de renda - 15% e 10% adicional	(93)	(512)
Contribuição social - 9%	<u>(42)</u>	<u>(193)</u>
Total	<u>(136)</u>	<u>(705)</u>

19. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da Administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso estes não cumpram com suas obrigações contratuais. A

Administração entende que a Companhia não está diretamente exposta ao risco de crédito por operar instrumentos de pagamento pós-pago, não conceder crédito e também não possuir histórico em tomar crédito com instituições financeiras e afins.

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Administração por meio das políticas e processos internos realiza a gestão contínua de liquidez com uma abordagem de garantir liquidez suficiente para o cumprimento com todas as obrigações sob condições normais e anormais.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, influenciados pelas seguintes variáveis:

- variação nas taxas de câmbio;
- variação nos preços de ações;
- variação nas taxas de juros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que a Companhia não está exposta às variações nas taxas de câmbio e nos preços de ações porque em seus ativos e passivos não contêm elementos vinculados a esses parâmetros.

20. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Salim Raphael Mansur
Administrador
CPF nº: 139.474.568-08

Henrique Luiz Gonzaga
Contador
CRC nº: 1SP256056/O-0
CPF nº: 330.794.828-83